



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • N° 178 • Quarta-Feira, 15 de Fevereiro de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



NYUSI EXIGE QUALIDADE NAS OBRAS PÚBLICAS

Pág. 3



**Governo tem 16 biliões MT
para desenvolvimento rural**

Pág. 2



**PM exige celeridade
no esclarecimento de crimes**

Pág. 7



**Niassa aumenta produção
de ovos e frangos**

Pág. 10

GOVERNO TEM 16 BILIÕES MT PARA DESENVOLVIMENTO RURAL



Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia

O Conselho de Ministros aprovou ontem o arranque do projecto de desenvolvimento rural inclusivo, avaliado em cerca de 16 mil milhões de meticais e que tem como objectivo principal fomentar a agricultura familiar em todo o país. Numa primeira fase, o projecto, denominado "Sustenta", vai ser implementado nas províncias de Nampula e Zambézia, consideradas as mais extensas do país e com alto potencial agro-ecológico, mas com altos níveis de pobreza.

A iniciativa é lançada esta sexta-feira, no distrito de Ribáuê, província de Nampula, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi.

O valor do investimento foi alocado pelo Banco Mundial, e a implementação da iniciativa será da responsabilidade do Estado, mas com o envolvimento dos agricultores familiares e o sector privado, em particular as pequenas e médias empresas.

Segundo explicou o ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, o programa abrange toda a cadeia de valor da produção agrícola, desde a disponibili-

zação de sementes e insumos com taxas de juro zero e o financiamento a outros meios de produção para os pequenos agricultores, como tecnologias, represas e meios de distribuição com taxas bonificadas. Igualmente, prevê a construção de infra-estruturas como 260 quilómetros de estradas na primeira fase do projecto, a reabilitação de 240 hectares de regadios e a recuperação de habitantes importantes para a agricultura de conservação. "Pre vemos que ao longo deste processo o acesso a estes meios que facilitam a agricultura familiar irá ter um impacto muito grande no combate à pobreza, com ênfase no rendimento das famílias rurais através da melhoria da produtividade e acesso aos mercados, que é um factor determinante para os desafios de desenvolvimento rural que temos", explicou, salientando que no modelo de financiamento vai ser integrada a banca comercial com taxas bonificadas. Referiu que, metodologicamente, vai trabalhar-se com as pequenas e médias empresas (PME) como veículos de propagação da iniciativa, onde cada uma deve trabalhar com 200 agricultores familiares.

Ao todo, nesta primeira fase vão ser abrangidos 125 mil agricultores familiares, o equivalente a 700 mil pessoas.

Neste processo estarão envolvidos extensionistas e outros técnicos da agricultura para transferência de tecnologias e unidades que vão suportar os governos provinciais na implementação e monitoria.

"As pequenas e médias empresas fomentadoras terão acesso aos valores através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, por via da submissão de projectos", esclareceu.

A iniciativa prevê a segurança de terra para os pequenos agricultores porque foi concebida para fomentar a agricultura familiar, que hoje representa cerca de 80 por cento da população nacional, com mais de 3 milhões de parcelas, com 1,3 hactar cada, que devido às suas condições precárias de produção, desde o acesso à semente, falta de mercado competitivo e de infra-estruturas de transporte, não conseguem sair da pobreza.

"É nossa expectativa que este investimento, nas famílias rurais, sobretudo, possa trazer um resultado alinhado ao combate à pobreza", disse, esclarecendo que neste momento um camponês produz 800 quilogramas de milho por hectare e, com as dificuldades na comercialização, não é possível sair da pobreza com estes níveis.

"Mas com este projecto criamos mais um estímulo ao desenvolvimento rural, que é uma das prioridades do Governo", referiu.

Correia referiu que não foram definidas as culturas prioritárias, cabendo a cada camponês identificar as que são rentáveis localmente.

O arranque da próxima campanha agrícola, isto é, a partir de Setembro deste ano, é o marco definido para o início concreto da iniciativa através da distribuição de insumos.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PES 2016 SATISFATÓRIA

O Governo considerou ter sido satisfatória a implementação do Plano Económico e Social referente ao ano 2016 e o respectivo Orçamento, ao conseguir um crescimento de 3,3 por cento do PIB, contra a previsão de 4,5 por cento.

Segundo explicou a vice-ministra da Cultura e Turismo, Ana Comoana, no fim da sessão do Conselho de Ministros em que foi feita avaliação do PES e Orçamento do Estado referente a 2016, para posterior canalização à Assembleia da República, a inflação situou-se nos 19,9 por cento, contra os 16,7 por cento previstos, enquanto as exportações atingiram 73,1 por cento e as importações ficaram nos 48,7 por cento.

Em termos de reservas para importação de bens e serviços, o Governo conseguiu realizar uma cobertura de 3,6 meses, em detrimento dos 3 meses programados.

Em relação à execução do Orçamento do Estado, referiu que a receita atingiu 165.596,3 milhões de meticais, o equivalente a 100 por cento do previsto.

As despesas ficaram nos 208.998,8 milhões de meticais, o correspondente a 85,9 por cento do orçamento anual. O défice orçamental, depois dos desembolsos dos donativos, ficou nos 4,5 por cento, contra a previsão de 6,4 por cento.

Ainda na sessão de ontem, o Governo analisou a situação da emergência no país e extinguiu os títulos de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra de duas firmas com 15 mil e 19 mil hectares localizadas em Sofala, por incumprimento dos planos de exploração, término do prazo e renúncia.

NYUSI QUER QUALIDADE NAS OBRAS E SOLUÇÕES RÁPIDAS AOS ENTRAVES



Em mais uma sessão de trabalho fora do seu gabinete, o Presidente da República, Filipe Nyusi, escalou na última sexta-feira vários sectores que compõem o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, onde exigiu qualidade nas obras públicas aprovadas e desenvolvidas no país, além de soluções rápidas aos problemas que afligem o sector nomeadamente a questão do abastecimento de água potável nos centros urbanos sobretudo em Maputo e Matola; qualidade das infra-estruturas e habitação.

A visita às Obras Públicas iniciou por volta das 9:00 horas

de sexta-feira, tendo escalado sucessivamente o Laboratório de Engenharia de Moçambique (LEM), a Administração Nacional de Estradas (ANE), o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), o Fundo para o Fomento da Habitação (FFH), a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) e a Direcção Nacional de Recursos Hídricos (DNGRH) para depois orientar uma sessão do Conselho Consultivo do pelouro. É nesse encontro que, depois de considerar satisfatório o nível de quadros do sector, exigiu responsabilidades, mais trabalho e soluções concretas e rápidas aos problemas que afligem o país.



"Queremos que assumam a vossa missão. Não basta saberem. É preciso exercerem a vossa função devidamente", - recomendou o PR, após dialogar com os engenheiros

dirigentes das várias instituições, que apresentaram sector por sector, os desafios e possíveis soluções para cada área.



MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Durante a visita que efectuou às diferentes áreas, a principal tónica era a falta de recursos para o desenvolvimento dos diversos projectos.

Como solução, o PR apon- tou o envolvimento de todos na mobilização de recursos financeiros, tendo alertado para que esse dinheiro seja acessível e barato, dentro dos padrões internacionais.

"É preciso evitar que o país seja ridicularizado. Moçambique não pode ter as estradas mais caras do mundo. É preciso que os planos sejam cumpridos como deve ser", - disse, explicando que em todo mundo sabe-se quanto custa uma estrada e "não pode ser somente Moçambi-

que a aparecer com estradas caras".

Para Nyusi, os técnicos devem procurar o que é adequado para um determinado projecto e não extrapolar valores necessários só para satisfazer interesses particulares.

Defendeu a necessidade de os concursos públicos serem conduzidos com racionalidade, para evitar situações de baixa qualidade das obras.

"Aqui há muitos interesses. Até de parceiros. É preciso ter muito cuidado com as parcerias que se fazem porque algumas acabam sempre por nos deixar mal", - referiu.

O Chefe de Estado disse ser preciso, igualmente, moni-



torar os projectos em implementação para evitar que os esforços que se fazem para financiá-los fiquem diluídos.

"Nós temos capacidade de saber, cientificamente, que algo está errado ou mau. Por que deixamos? Não se pode estar sempre a começar da estaca zero todas as vezes que há mudanças no executivo. Há projectos que já foram financiados mas que não ganharam forma, tudo porque as parcerias não foram muito bem escrutinadas e ou não se fiscalizou o cumprimento do programa", - disse o Presidente da República, defendendo que tem de se focalizar na qualidade das obras por via da fiscalização.

Acrescentou ainda que não se justifica que, com os quadros existentes, ainda se constroam obras públicas de má qualidade, mal feitas e outras inacabadas; que haja escolas ou outros edifícios públicos que, na primeira ventania, ficam sem cobertura ou que desabam paredes.

"Aqui há problemas que se têm de resolver de forma mais agressiva porque não podemos continuar a ter casas que se constroem hoje e amanhã caem", - referiu, salientando que independentemente do dono da obra, seja um ministério ou particular, a responsabilidade pela qualidade das obras é do MOPHRH.

SOLUÇÕES DOS POSSÍVEIS PROBLEMAS POR ÁREA

Durante o Conselho Consultivo foram apresentadas algumas soluções aos desafios que afligem o sector das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, com destaque para a questão da habitação para jovens, qualidade das obras públicas, abastecimento de água potável e outros.





HABITAÇÃO

Sobre a habitação, um dos grandes problemas que afecta o país, sobretudo a população jovem, o PR começou por defender a necessidade de se adoptar um perfil "editorial" de construção em Moçambique, de modo a se evitem construções desordenadas e de má qualidade.

"Temos de desenhar uma filosofia clara na habitação e não continuar a trabalhar com políticas que não produzem nada", - disse, salientando que neste sector há muito negócio que se pode realizar.

Segundo ele, o que se tem de fazer é facilitar a entrada do sector privado, mas sem fazer casas muito caras.

"É preciso que se trabalhe na construção de casas para todos os profissio-

nais, desde os de renda média a alta, e passíveis de serem pagas com base no salário mensal que cada um auferire", - disse.

Nyusi é da opinião que o Fundo para o Fomento da Habitação deve melhorar a sua forma de trabalhar, virar-se para o mercado, tal como fazem os bancos e não continuar a ser um fardo para o Estado.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO GRANDE MAPUTO

O abastecimento de água potável, que continua um dos grandes problemas do país, sobretudo nas cidades de Maputo e Matola e no distrito de Marracuene, onde nos últimos tempos tem sido uma dor de cabeça, foi outra questão que concentrou as atenções do Conselho Consultivo do MOPHRH. Sobre essa questão, o PR começou por considerar inadmissível a capital do país enfrentar problemas de escassez de água, uma situação derivada, segundo ele, da falta de planificação.

"Isso é resultado de não termos pensado ontem, e amanhã poderemos ser penalizados por isso", - disse o governante, para depois convidar os técnicos ligados ao sector das águas para avançarem com as possíveis soluções.

Primeiro foi o director-geral do Fundo de Investimento e Promoção do Abastecimento de Água (FIPAG), Mário Paulino, que indicou que a solução imediata seria o recurso a águas subterrâneas, em Maputo e Marracuene, onde o lençol tem capacidade

de para produzir cerca de 50 mil metros cúbicos por hora. Também defendeu a colocação, a médio prazo, das duas comportas em falta na barragem de Corrumana, enquanto se espera pelo desenvolvimento da barragem de Moamba-Major, que se espera poder ser a solução definitiva.

Entretanto, o presidente do Conselho de Regulação de Águas (CRA), Manuel Alvarinho, considerou que as águas subterrâneas não podem ser a solução porque facilmente se esgotam.

Defende a necessidade de se investir na barragem de Corrumana, para além de se optar pelas novas tecnologias ligadas a transformação da água salgada do mar em potável.

Outros intervenientes defenderam que se deve investir na retenção e tratamento das águas residuais e canalizar às zonas de produção de hortícolas, de modo a poupar-se a água potável bruta, usada nestes campos.

Sobre as obras públicas, o PR falou da necessidade de se aprimorar e priorizar cada vez mais a manutenção e conservação dos diversos empreendimentos, como forma de evitar os altos custos derivados destas situações.

Muitos edifícios públicos são construídos e apetrechados, mas o seu tempo de vida tem sido bastante curto devido à falta de manutenção e conservação.

O PR falou também da problemática das portagens e da iluminação na Estrada Circular, bem como o atraso na ligação desta via com a Estrada Nacional Número 4, que se deveu a negociações com a concessionária desta via, a TRAC.

Sobre as portagens, orientou a Empresa Maputo Sul, gestora da Circular de Maputo, a

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS



ser flexível porque se está a perder muito dinheiro.

Também se abordou o controlo da sinistralidade, a protecção de áreas reservadas ao longo das estradas e os reassentamentos populacionais ao longo das principais vias.

O Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos conta com um total de 3276 trabalhadores em todo o país, maior parte elementares já em fase de reforma e tem sob sua tutela instituições como Maputo Sul, Administração Nacional de Estradas

(ANE), Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), Fundo para o Fomento da Habitação (FFH), Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) e Direcção Nacional de Recursos Hídricos (DNGRH).

MAU TEMPO PODERÁ AFECTAR ZONA SUL

O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) alerta para ocorrência de mau tempo na região sul do país, caracterizado por ventos e chuvas fortes, a partir desta quarta-feira até sábado, 18 de Fevereiro.

O fenómeno vai começar por afectar as províncias de Inhambane e Gaza, na quarta e quinta-feira, para depois atingir Maputo na sexta-feira.

O alerta sobre este evento foi dado esta segunda-feira, durante a reunião do Conselho Técnico de Gestão de Calamidades, por Acácio Tembe, representante do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), tendo considerado que se trata de uma depressão tropical que se formou em Madagáscar.

A previsão dos serviços de Meteorologia é que em Gaza e Inhambane chova durante três dias, podendo cair acima de 300

milímetros, enquanto na cidade de Maputo a precipitação vai atingir 70 milímetros em menos de 24 horas.

Esta depressão tropical comporta mais ou menos as características do ciclone Dande, registado em 2012 e que afectou as províncias costeiras de Gaza e Inhambane, provocando cheias e transbordo do rio Limpopo. O evento desloca-se em direcção às zonas costeiras de Gaza e Inhambane criando ventos a uma velocidade de 100 quilómetros por hora.

Geralmente, as depressões tropicais são acompanhadas de ventos normais, porém carregam consigo muita quantidade de precipitação, por isso o alerta laranja lançado pelo Instituto Nacional de Meteorologia, cuja informação sobre o movimento da depressão será actualizada por aquele organismo de seis em seis horas.

Foi neste sentido que o Centro

Nacional Operativo de Emergência (CENOE), reunido em Conselho Técnico, tomou medidas cautelares para evitar danos.

Nesta sequência, o órgão garante estar a intensificar as medidas de prontidão para socorrer as vítimas, caso haja, mas principalmente intensificar as acções de prevenção.

Todavia, aventa-se a possibilidade de ocorrência de obstrução, pela acção das águas, de algumas vias de acesso, como também poderão transbordar alguns cursos de água, como os rios Limpopo e Save, e alagamento de algumas cidades e vilas.

As populações residentes nas áreas de risco devem observar os avisos ou as cores de alerta que forem emitidos pelos serviços de meteorologia, em coordenação com o INGC. Para o efeito, foram activados os comités locais de gestão de risco para alertar a população a tomar



PM EXIGE CELERIDADE NO ESCLARECIMENTO DE CRIMES

O primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, desafiou o novo director-geral do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), Ilídio José Miguel, e o respectivo adjunto, Vicente Chicole, a esclarecer, de forma célere, os crimes que assolam o país, com destaque para raptos, homicídios, caça furtiva, tráfico de drogas, entre outros.

O desafio foi lançado esta segunda-feira, em Maputo, durante a tomada de posse dos dois quadros do SERNIC e do novo secretário-permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MIJACR), Arlindo Langa.

"O SERNIC deve ser capaz de esclarecer toda a tipologia de crime, com destaque para raptos, homicídios, branqueamento de capitais, tráfico de drogas, caça furtiva, corrupção e terrorismo", - afirmou Agostinho do Rosário.

Para o PM, os novos dirigentes do SERNIC têm a missão de combater a criminalidade, cientes de que está a evoluir.

"As novas formas de criminalidade, cada vez mais sofisticadas e imunes aos métodos tradicionais de prevenção e investigação utilizados pela então Polícia de



PM, Carlos Agostinho do Rosário e os empossados para dirigir a SERNIC, a esquerda, e o SP de MIJACR

Investigação Criminal (PIC), exigem uma capacidade de resposta cada vez maior das autoridades de investigação criminal", - disse.

Por isso, Agostinho do Rosário defende que a investigação criminal deve acompanhar os fenómenos criminais, ajustando, permanentemente, a sua organização e funcionamento às dinâmicas da sociedade.

Dirigindo-se a Arlindo Langa, o governante disse que este deve garantir a execução e controlo das decisões do Governo no âmbito da

implementação do seu Programa Quinquenal.

"Esperamos que durante o seu mandato assegure o respeito dos direitos dos funcionários e agentes do Estado, em particular a formação, promoções e progressões, bem como mudanças de carreira programadas", - referiu.

Aos empossados, no geral, o PM instou a pautarem por uma gestão criteriosa e transparente dos recursos humanos, materiais e financeiros, assim como dos processos de contratação de

bens e serviços.

Por sua vez, os empossados prometeram trabalhar com vista a garantir o desenvolvimento das instituições para as quais foram indicados.

"É uma nova missão e vamos cumpri-la com maior espírito e patriotismo. É um desafio. Vamos constituir equipas mais proactivas para responder aos anseios da comunidade moçambicana que é o combate ao crime", - disse Ilídio José. (AIM)

as devidas medidas de precaução e prestar assistência caso seja necessário.

Paulo Tomás, porta-voz do CENOE, garantiu estarem a intensificar-se as medidas de precaução, prontidão e prevenção de fenómenos

climáticos, devendo activar o órgão para funcionar 24 horas.

Recorde-se que o alerta laranja representa uma situação meteorológica de risco moderado a elevado, enquanto o aviso amarelo, que lhe sucede na escala,

significa uma situação de risco para determinadas actividades dependentes da situação meteorológica, e o aviso vermelho, antecedido do laranja, é o mais grave dos três.

Com o fim da tensão política

VIDA VOLTA À NORMALIDADE EM TSENANE E BENZANE

As populações das localidades de Tsenane e Benzane, nos distritos de Funhalouro e Mabote, respectivamente, na província de Inhambane, dizem que a vida voltou à normalidade depois da trégua da tensão político-militar decretada pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que se arrastava desde princípios de 2015. Agora a população apela ao Governo para retirar os homens armados da Renamo estacionados nos povoados de Malamule e Ridge.

O apelo foi feito nos comícios populares orientados pelo governador de Inhambane, Daniel Chapo, durante uma visita que efectuou àquelas localidades na semana passada, no âmbito da governação aberta e inclusiva, tendo, para além de manter encontros com a população, visitado diversas infra-estruturas sócio-económicas.

Em resposta à inquietação da população, Daniel Chapo disse que o Presidente da República está preocupado com a paz efectiva, daí que trabalha dia e noite, mantendo conversações com o líder da Renamo e outras sensibilidades.



Governador de Inhambane, Daniel Chapo

“O nosso Presidente, Filipe Jacinto Nyusi, está a falar com o líder da Renamo para que possamos viver em paz, daí que no dia 3 de Fevereiro, na Praça dos Heróis em Maputo, disse que os mediadores internacionais iam regressar e que agora seguia uma nova fase de conversações entre equipas constituídas por moçambicanos”, - referiu. Ainda nos comícios, Chapo encorajou a população a continuar vigilante, denunciando os que querem destruir o país, os que não gostam de ver o desenvolvimento que se verifica naqueles locais, visto que o Governo construiu

escolas, centros de saúde e trouxe telefonias móveis para o bem das comunidades.

Num outro desenvolvimento, o governante instou a população a aproveitar as chuvas que se fazem sentir na província para intensificar a produção de comida.

“Com a chuva que está a cair, vamos aproveitar para preparar as nossas machambas de modo a ganharmos a segunda época agrícola. Perdemos a primeira época devido à seca que nos abalou desde 2015, mas não devemos desanimar. Temos de aproveitar a segunda época”, - apelou o governador de Inhambane.

Ainda em Tsenane, o governante visitou o Centro de Saúde e a Escola Primária Completa local para se inteirar da afluência dos utentes àqueles estabelecimentos que estavam abandonadas devido ao medo que as populações tinham provocado pela circulação dos homens armados da Renamo.

Daniel Chapo foi informado que as aulas arrancaram sem sobressaltos e que os pacientes afluem em massa ao Centro de Saúde, o que mostra que as famílias retornaram às suas casas, de onde tinham fugido para a vila-sede.



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
Nº 780, 1º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Lúria Mucare, Leonildo Balango

Revisão: Samuel Malumbe

Maquetização: Januário Magaia

MAPUTO CAPACITADO PARA RECEBER NAVIOS DE 120 MIL TONELADAS

O Porto de Maputo tornou-se ainda mais competitivo no mercado regional e não só com a recente conclusão da dragagem do canal de acesso, que passou de 11 para 14 metros de profundidade, permitindo o acesso a infra-estruturas de navios até 120 mil toneladas. Iniciada no terceiro trimestre de 2015, a dragagem do canal de acesso ao Porto de Maputo custou 84,1 milhões de dólares norte-americanos e enquadra-se numa estratégia que não só irá permitir atingir a meta estabelecida de manuseamento de carga, estimada em 40 milhões de toneladas até 2020, mas também impulsionar a economia moçambicana e regional.

Falando na última sexta-feira, em Maputo, no decurso da cerimónia que marcou a conclusão da dragagem do canal de acesso ao Porto de Maputo, o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, manifestou-se convicto de que o feito representa uma marca indelével para muitas e futuras gerações, pois o aprofundamento do canal permitirá que o porto manuseie maiores volumes de carga, aumentando significativamente a sua eficiência e competitividade. "Temos consciência de que este esforço de aprofundamento do canal de acesso só poderá lograr os objectivos preconizados se houver a devida correspondência dos operadores logísticos",



Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita

- referiu o governante, exortando que haja maior celeridade na reforma do sistema ferroviário para dar vazão aos volumes de carga que irão demandar o Porto de Maputo.

O sistema ferroviário, conforme sustentou Carlos Mesquita, é chamado a conquistar as cargas que são tradicionalmente ferroviárias, para reverter o actual cenário em que a carga a granel é transportada via rodoviária, atraindo intermináveis colunas de camiões que escalam o Porto de Maputo, causando, por conseguinte, os inevitáveis congestionamentos entre outros problemas daí decorrentes.

Por sua vez, o director executivo da MPDC (Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo), Osório Lucas, indicou que a dragagem do canal de acesso foi um

sonho alimentado durante muito tempo, como um dos pilares fundamentais para a concretização da estratégia de transformar o Porto de Maputo numa infra-estrutura capaz de manusear maiores volumes de carga.

"A diferença entre 11 e 14 metros no canal de entrada para o Porto de Maputo parece pequena, mas são esses três metros adicionais que hoje nos permitem afirmar, com orgulho, que somos um porto preparado para receber navios capsized", - frisou.

Osório Lucas contou que a operação de dragagem foi de grande envergadura e envolveu várias equipas de entidades diferentes, num trabalho contínuo de colaboração.

"Durante sete meses - inicialmente estimados em 10 -, os equipamentos da Jan de Nul operaram 24 horas no

nosso canal, dragando quase 14 milhões e meio de metros cúbicos de sedimentos e material rochoso. A imagem da draga De Laperouse, iluminando a nossa baía, tornou-se uma constante no dia-a-dia dos maputenses. Outras duas dragas - uma das quais a maior de corte do mundo - e diversos equipamentos de apoio estiveram envolvidos nesta operação", - concluiu.

O Porto de Maputo está concessionado à MPDC desde 2003 e ganhou uma nova dinâmica em 2008 quando o grupo sul-africano Grindrod e a DP World dos Emirados Árabes Unidos adquiriram a maioria das acções da Portos Índicos, o maior accionista (51 por cento) e patrocinador do projecto.

O canal de acesso ao Porto de Maputo tem uma extensão de mais de 25 quilómetros.

NIASSA AUMENTA PRODUÇÃO DE OVOS E FRANGOS



A província do Niassa está a incrementar a produção de ovos e frangos para melhorar a dieta da população e reduzir a importação destes produtos do Malawi e Zimbabwe.

Para o efeito, o Governo local e parceiros privados estão a trabalhar na instalação de uma incubadora que irá produzir 29 mil pintos de frangos de diversas variedades, com destaque para as poedeiras. No mesmo contexto, o governador do Niassa, Arlindo Chilundo, garantiu, numa reunião com avicultores, que dentro de semanas vai se inaugurar o primeiro matadouro moderno, incubadora, uma fábrica de rações em Cuamba e Chimbunila, para além do fomento de soja e milho ama-

relo para produção de rações. Por outro lado, Chilundo recomendou aos avicultores a abraçarem todas as cadeias de valor do frango, desde a produção da matéria-prima como rações, fármacos entre outros elementos que possam garantir a sustentabilidade e rentabilidade do fomento pecuário.

Dados do sector pecuário indicam que Niassa necessita de 12 mil toneladas de frango por ano contra as 329 toneladas que conseguiu produzir em 2016. Esta fraca produção é que faz com que haja dependência de países vizinhos como o Malawi e Zimbabwe. Alguns avicultores apontaram, durante a reunião, que a província dispõe de clima favorável para a criação de ovos e frangos em grande escala, mas há falta de rações, pintos

e não só.

Neste momento, para ter esses produtos, os criadores são obrigados a recorrer às províncias de Nampula, Manica e Maputo e países vizinhos o que acarreta elevados custos. José Tivane, um dos produtores de renome de frango no Niassa, contou que produz ovos desde 2015, sendo que para o efeito importa ração da vizinha província de Nampula a 2300 meticais o saco de 50 quilogramas. Os pintos são comprados a 63 meticais cada. Estes valores não incluem o transporte.

"Para se desenvolver e produzir ovos, um pinto leva quatro a cinco meses e cada um come 100 gramas de ração diariamente", - explicou, salientando que, no geral, o negócio é rentável mas a dependência externa, na aquisição

de matérias-primas, dificulta o processo.

Intervindo na ocasião, o chefe dos Serviços Provinciais de Pecuária do Niassa, Justino José Simbo, disse que o sector que dirige está a trabalhar na assistência técnica aos produtores, no melhoramento das infra-estruturas e no fornecimento e administração de fármacos.

Por sua vez, o gestor e coordenador do Projecto de Promoção de Pequenas e Médias Empresas (PROGEM), Edgar Paulo Augusto, comprometeu-se a apoiar todas as iniciativas que visam, entre outros objectivos, alavancar a produção alimentar, garantindo, no entanto, que o apoio não será em valores monetários mas em produtos, nomeadamente pintos, rações e outros.



MASSIFICAR PRODUÇÃO DE SOJA

Para a presente campanha agrícola Niassa prevê a intensificação da produção de soja para responder às exigências do mercado local, nomeadamente alimentação e produção de rações.

Para o efeito, já foram preparados e plantados, por singulares e empresas, 694 hectares desta cultura que, segundo o governador Arlindo Chilundo, deverá ser usada para a produção de rações, para

impulsionar a criação de animais, com destaque para a avicultura e piscicultura. No total, espera-se uma produção de 53.887 toneladas deste cereal.

"Pretendemos, com esta produção, reduzir importações de frangos e ovos entre outros produtos provenientes do vizinho Malawi e fazer com que as populações, com base na soja, produzam peixe e pequenos ruminantes que facilmente

se desenvolvem com ração", - explicou Chilundo.

Refira-se que neste momento, está em curso a implantação de duas fábricas de rações em Chimbunila e Cuamba, cujo funcionamento arranca ainda este ano.

"Estas unidades industriais necessitarão de milhares de toneladas de soja, milho, entre outros cereais para seu pleno funcionamento. Por isso temos de produzir mais", - defendeu.

USO DE SEMENTE CERTIFICADA MELHORA PRODUTIVIDADE

O Governo do Niassa quer que os camponeses e empresas do ramo agrário privilegiem o uso da semente certificada pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, Centro Zonal Nordeste, de modo a aumentar a produção e produtividade.

O desafio foi lançado no quadro da monitoria da campanha agrária no distrito de Lichinga pelo governador do Niassa, Arlindo Chilundo, que reiterou o uso da semente melhorada como a chave para vencer a insegurança alimentar vivida por muitas famílias moçambicanas.

O governante considerou que

apostar nas técnicas modernas de produção, como transferência de tecnologias agrárias, agricultura mecanizada, os seguimentos dados pelos extensionistas, entre outras iniciativas, é uma das formas de vencer a pobreza que afecta a província e o país.

"Devemos encontrar formas de dotação para as novas culturas, nomeadamente macieira, uva, entre outras, para além de intensificar a produção da batata-reno para o mercado interno. Temos todas as qualidades, desde os solos, clima favorável, entre outros perfis que possam permitir atingir níveis altos de

produção", - disse.

Arlindo Chilundo apelou ainda às entidades do sector agrário da província que dirige para envolverem os estudantes do Instituto Agrário de Lichinga no processo de transferência de tecnologias, visto que a instituição não dispõe de laboratórios.

Entretanto, o director do IIAM, Centro Zonal Nordeste, Carolino Martinho, explicou que estudos recentes indicam que o distrito de Lichinga tem nível óptimo de aplicação de calcário, um elemento que, usado como fertilizante, pode trazer bons resultados na produção, mas que o sec-

tor tem exiguidade de fundos para novas investigações, bem como para a garantia da semente básica aos produtores.

A fonte garantiu que, através da transferência de tecnologias agrárias, variedades diversas de culturas foram testadas e outras ainda no processo. Referiu que durante o ano passado o sector produziu cerca de 60 toneladas de sementes de milho, feijões, soja, batata-reno, hortícolas, entre outras, as quais foram alocadas a algumas famílias camponesas.

GOVERNO QUER ENVOLVIMENTO DE CIENTISTAS NO COMBATE A DESASTRES NATURAIS



Moçambique é um dos países que, pela sua localização geográfica, sofre de desastres naturais cíclicos como cheias, secas, ciclones e outros que agravam o sofrimento das comunidades, sobretudo as residentes nas zonas rurais. Para minimizar o impacto desses fenómenos, que com muita frequência atingem populações desprevenidas devido a fraca capacidade de previsão dos mesmos e de alerta, o Governo quer o envolvimento de cientistas na adopção de modelos flexíveis de intervenção. Segundo explicou, há dias, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e

Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, com o envolvimento de cientistas a previsão dos diversos fenómenos naturais poderá passar a ser feita com exactidão, através da adopção de modelos de comportamento de vários intervenientes, como bacias hidrográficas, ciclones, entre outros, com recurso a programas computacionais. O governante falava durante o seminário de avaliação de planos científicos de África, um evento que visava rever os modelos científicos para adequá-los à realidade africana e criar espaço para interacção entre cientistas nacionais e estrangeiros. Ao todo, o encontro reuniu cientistas provenientes de mais de 60 países entre afri-

canos e europeus que discutiram quatro planos científicos, nomeadamente energias renováveis, desastres naturais e os induzidos pelo Homem, saúde e bem-estar humano e mudanças globais. Na ocasião, o director do Conselho Científico para África, Daniel Nyanganyura, disse que o continente africano enfrenta um grande problema de dependência em financiamentos para pesquisas científicas, sendo necessário continuar a apostar na formação de cientistas que possam alcançar resultados positivos e atrair investimentos locais através de fundos disponibilizados pelos diversos organismos regionais, como a SADC.

"Mas tudo depende do Governo de cada país que deve abraçar esta causa e parar de depender de outros continentes para a concretização de projectos", referiu, salientando que se espera que cada país custeie projectos em 100 mil euros, num período de 3 a 4 anos. Beatriz Manjama, em representação da governadora da cidade de Maputo, Iolanda Cintura, afirmou que a produção científica de África é um dos principais pilares para o desenvolvimento e crescimento económico, social e cultural de Moçambique, devendo criar um impacto positivo na melhoria das condições de vida das populações.